



**CÂMARA DE POLÍTICAS DE ENERGIA
E MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
Ata da 21ª reunião, realizada em 22 de junho de 2020

1 Em 22 de junho de 2020, reuniu-se ordinariamente a Câmara de Políticas de
2 Energia e Mudanças Climáticas (CEM) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de
4 Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD). Participaram os
5 seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Letícia
6 Capistrano Campos, representante da SEMAD. Representantes do poder público:
7 Leorges de Araújo Rodrigues, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Laura
8 de Moraes Andrade Coutinho, da Secretaria de Estado de Desenvolvimento
9 Econômico (Sede); Rogério Pedersoli de Lima, da Secretaria de Estado de
10 Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra); Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro,
11 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Carolina Lobello Lorensini,
12 da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Alfredo
13 Marques Diniz, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais
14 (Crea/MG). Representantes da sociedade civil: Guilherme Corrêa Abreu, da
15 Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Antônio Walter dos
16 Santos Pinheiro Filho, da Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa
17 (Abragel); Lidiane Pedra Vieira Melo, da Associação para a Gestão Socioambiental
18 do Triângulo Mineiro (Angá); Paulo José de Oliveira, do Espeleogrupo Pains (EPA);
19 Roberto Messias Franco, da Sociedade Mineira de Engenheiros (SME); Laylla
20 Gabrielle Borges Correia Freitas, do Centro Universitário Una. **Assuntos em**
21 **pauta.** **1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino
22 Nacional Brasileiro. **2) ABERTURA.** A presidente suplente Letícia Capistrano
23 Campos declarou aberta a 21ª reunião da Câmara de Políticas de Energia e
24 Mudanças Climáticas. **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
25 **GERAIS.** Não houve manifestação. **4) EXAME DA ATA DA 20ª REUNIÃO.**
26 Aprovada por unanimidade a ata da 20ª reunião da Câmara de Políticas de Energia
27 e Mudanças Climáticas, realizada em 27 de abril de 2020. Votos favoráveis: Segov,
28 Sede, Seinfra, Secult, Seapa, Crea, Fiemg, Abragel, Angá, EPA e Una. Ausências:
29 Crea e SME. **5) SISTEMA DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL (SLA).**
30 **Apresentação: SEMAD.** Daniel dos Santos Gonçalves, da SEMAD, fez
31 apresentação sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA). O conteúdo da
32 exposição foi disponibilizado no site da SEMAD. **6) PLANO DE TRABALHO DO**
33 **OBSERVATÓRIO DE OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**
34 **(ODS).** **Apresentação: FEAM.** Larissa Assunção Oliveira Santos, da FEAM, fez
35 apresentação do Plano de Trabalho do Observatório de Objetivos de
36 Desenvolvimento Sustentável (ODS). O conteúdo da exposição foi disponibilizado
37 no site da SEMAD. Manifestações. Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu

38 queria sugerir a participação da Fiemg no Grupo 2 também, por gentileza.”
39 Conselheira Laura de Moraes Andrade Coutinho: “Eu queria dar parabéns pelo
40 trabalho, achei muito bacana. Eu já conhecia um pouco do projeto e fico muito feliz
41 que agora o Estado esteja mobilizando esses Grupos de Trabalho para
42 consolidação da agenda dos ODS. Eu até queria comentar também que faço parte
43 de duas redes de empresas. Uma delas é a comunidade B Minas, que inclui todos
44 os negócios de impacto social, ambiental e de inclusão aqui em Minas Gerais. E a
45 outra é uma rede formada por grandes empresas em prol da Agenda 2030, que é
46 a rede Desafio 2030. Se você quiser me procurar depois, ou eu posso te procurar
47 também após a reunião, porque eu acho que as duas iniciativas são muito
48 interessantes para representar o terceiro setor nesses GTs. Com relação ao GTs
49 também, eu acredito que seria interessante a Sede participar do Bem-Estar e
50 Dignidade Humana, no meu ponto de vista. A questão da geração de emprego,
51 qualificação de mão de obra. Eu vou repassar isso para a minha equipe, para poder
52 mobilizar então os representantes de cada GT. No mais, eu estou à disposição, e
53 parabéns pelo trabalho.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Obrigada,
54 Laura. Vamos conversar depois para que você me mostre essas duas iniciativas
55 do terceiro setor. Eu acho que é superbenéfica a participação, ainda mais a que
56 trabalha com a Agenda 2030, nos nossos GTs.” Conselheiro Paulo José de
57 Oliveira: “Na verdade, hoje eu represento o EPA nesta Câmara e queria me colocar
58 à disposição também, pelo EPA, para compor o Grupo 2. Inclusive, eu acho que
59 tem que ter critérios para composição desses Grupos, para que sejam paritários.
60 Todo trabalho que envolve decisões tem que contemplar a diversidade de opiniões,
61 de ideias, e para isso tem que balizar a sua formação de uma forma que fica
62 democrático e que as decisões não sejam visando só a um lado. Então eu acredito
63 que os Grupos de Trabalho, embora possa parecer estranho, mas até no Grupo de
64 Trabalho eu acredito que tenha que haver paridade.” Larissa Assunção Oliveira
65 Santos/FEAM: “Eu acho que essa paridade está inserida quando incluímos não só
66 organização governamental, mas também o terceiro setor e a academia. Porque
67 são entidades com visões diferentes. E isso nós incluímos em todos os Grupos de
68 Trabalho. Essa é a minha visão.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Na verdade,
69 como o Grupo de Trabalho nós partimos do princípio de que vai propor ideias e
70 sugestões, eu acredito que há de haver uma paridade naquilo que vai ser filtrado
71 para ser encaminhado à instância superior.” Larissa Assunção Oliveira
72 Santos/FEAM: “Eu concordo e mais uma vez eu digo que é por isso que
73 pretendemos colocar não só organizações governamentais, mas também do
74 terceiro setor e a academia para fazer parte dos Grupos, para escutar todos os
75 lados. E na verdade o Observatório é uma fonte de dados, não é nada que vá
76 comprometer algum outro lugar ou outro órgão, que vá ajudar uma tomada de
77 decisão de certo setor ou não. Nós só pretendemos compilar todos os dados e
78 fazer a gestão das ações.” Morjana Moreira dos Anjos/FEAM: “Só para poder
79 complementar um pouquinho também a fala da Larissa em relação à questão de
80 paridade do Observatório, a Câmara de Energia e Mudanças Climáticas é o

81 principal instrumento que nós temos dentro da FEAM justamente para tentar trazer
82 todos os nossos produtos para o debate, para o diálogo e toda a contribuição.
83 Então eu acho que aqui é exatamente o lugar para ter essa questão de paridade,
84 e todo mundo que tiver qualquer contribuição ou qualquer ponto que possa levantar
85 para discutir, para o debate, realmente o objetivo da Câmara é justamente esse.
86 Então todos os objetivos do Observatório, assim como os principais produtos que
87 serão lançados, serão aqui também debatidos.” Conselheira Lidiane Pedra Vieira
88 Melo: “Eu vou falar primeiramente em nome da Angá. Aqui eu sou conselheira
89 suplente. Acredito que a inclusão da Angá no GT 2 é bem pertinente. E vou verificar
90 com os outros conselheiros sobre a participação em outro GT. Agora falando como
91 pesquisadora da UFMG. Eu vi também que a UFMG está em alguns GTs. Não sei
92 se vocês já entraram em contato com alguns laboratórios de pesquisa lá, mas nós
93 temos um, do qual eu faço parte, o Lagesa, coordenado pelo professor Raoni
94 Rajão, que atua muito nessa parte, acredito que em todos os GTs listados. Eu não
95 sei se vocês já entraram em contato com algum. Se não, depois nós podemos
96 conversar.” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Nós não entramos em
97 contato ainda. Nós ainda não pedimos as indicações. Então eu gostaria muito de
98 conversar com você, sabendo que você tem uma visão geral da UFMG, até para
99 nos indicar quais seriam os laboratórios e setores mais pertinentes de participação.
100 Então eu aceito, sim, as suas indicações. Inclusive, nós conhecemos e quem
101 trabalha com mudanças climáticas conhece o Raoni Rajão. Ele realmente tem
102 atuado com relação a mudanças climáticas, muito com relação a florestas. Então
103 eu quero, sim, e vamos entrar em contato.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu:
104 “Para reforçar a posição da Larissa em relação à dúvida que o Paulo, o meu
105 entendimento é que esses GTs são de acompanhamento do nível de aderências
106 dos ODS no Estado de Minas Gerais. E as tomadas de decisão, as decisões
107 específicas mesmo referentes a cada um dos ODS – não só ODS referente a esta
108 Câmara – seriam feitas nas suas respectivas Câmaras do COPAM, onde há a
109 paridade e a representação de todos os setores de maneira equilibrada. Eu não
110 entendo esse grupo de acompanhamento como um grupo de decisão, mas um
111 grupo de informação de como está o acompanhamento, de como está o nível de
112 aderência dos ODS e por aí vai. Então eu não vejo problema nenhum. Só para
113 referendar isso, não vejo problema em ter que garantir 100%, uma paridade de
114 entidades nos GTs. Logicamente, até a Larissa está colocando que são livres o
115 acesso e a participação como um todo.” Conselheiro Paulo José de Oliveira: “Eu
116 entendo. Realmente, é só um grupo mesmo para discussão, para fomentar aquilo
117 que é encaminhado para as Câmaras. Só que quando o Grupo decide sugerir algo
118 para a Câmara isso tem um peso na discussão também da Câmara. E também no
119 sentido de fomentar a paridade nas instâncias. Então o Grupo é uma instância,
120 então a paridade pode ser observada até para oportunizar. Vamos supor, vai ter
121 que ter um limite nesse Grupo, limite de pessoas. E se vai ter um limite tem que ter
122 também uma paridade na oportunização de cadeiras. Então é questão de
123 democracia e de facilitar o debate. É nesse sentido.” Presidente Letícia Capistrano

124 Campos: “Estão tendo algumas perguntas também via chat. A Laylla fez uma
125 pergunta de qual é a periodicidade das reuniões.” Larissa Assunção Oliveira
126 Santos/FEAM: “Ainda não decidimos isso, porque estamos pensando primeiro nas
127 primeiras reuniões para decisão dos indicadores, para entender quais indicadores
128 poderiam entrar e quais as ações das casas que poderiam entrar no Observatório.”
129 Conselheira Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas: “Eu sou entusiasta também
130 desses ODS, nós temos os projetos interdisciplinares lá na universidade que as
131 contemplam. São muitos interessantes. Quando você apresentou esses quatro
132 GTs, eu já comecei a pensar quem eu poderia indicar, quem deveria ser indicado
133 para cada um deles e me veio à mente que essas pessoas perguntariam isso,
134 possivelmente em função de trabalho. Então se você tivesse alguma noção de
135 periodicidade e, sobretudo, de horário de reunião, para indicarmos realmente
136 alguém que seja engajado para que traga resultados, que faça alcançar o objetivo
137 dos GTs, tendo em vista o quão importante e essencial são essas discussões.”
138 Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Nós não temos ainda o horário, mas é
139 importante ter tocado nessa questão de periodicidade e horários. Eu vou tentar
140 definir isso o mais rápido possível, para que já envie junto com o pedido de
141 indicações. Então nesse primeiro ofício eu já vou enviar. Muito obrigada, foi bom
142 você ter me alertado.” Conselheira Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas:
143 “Obrigada pela excelente apresentação, assim como a anterior, da SEMAD. Eu
144 estou muito satisfeita e aproveito a oportunidade que vocês me deram para falar
145 que estou muito grata de participar como conselheira deste grupo, uma missão tão
146 nobre.” Presidente Letícia Capistrano Campos: “Uma outra sugestão é do Alfredo,
147 do Crea: ‘Em nome do Crea, eu gostaria de sugerir a nossa participação nos
148 Grupos 3 e 4, inicialmente’. Ele pediu também para postar novamente a divisão
149 dos Grupos. A assessoria já está postando.” Conselheiro Márcio Roberto Ferreira
150 de Oliveira Ribeiro: “Eu gostaria de fazer uma pergunta: esse pedido vai vir pela
151 SEMAD?” Larissa Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Pela FEAM.” Conselheiro
152 Márcio Roberto Ferreira de Oliveira Ribeiro: “A segunda é uma sugestão. Nós
153 temos feito um trabalho na Secretaria de Cultura e Turismo tentando entender
154 como os ODS encaixam dentro do nosso escopo de trabalho e já identificamos que
155 temos uma relação forte com o 16 e o 17. Aí eu gostaria, no GT3, que tem o ODS
156 17, que colocasse a Secult também, por gentileza. Eu não sei como estão as outras
157 Secretarias. Eu acho que até, às vezes, antes de solicitar a participação das
158 Secretarias que tivesse um escopo para orientar as Secretarias, ‘os ODS tais
159 trabalham esse e esse assunto’. Para verem se tem relação com os setores, porque
160 aí fica mais direcionado. Às vezes até nessa questão de vários órgãos, talvez um
161 já faz o papel do outro e se consegue identificar. Se está tendo um trabalho talvez
162 de preservação, poderia estar ligado à FEAM ou à SEMAD, e aí poderia vir só de
163 um órgão ou centralizar num órgão. Seria a minha sugestão, que tivesse um
164 escopo básico para que os órgãos identificassem os Grupos de Trabalho e as
165 ações com as quais poderiam ter relação.” Larissa Assunção Oliveira
166 Santos/FEAM: “Eu achei excelente a sua colocação e acho que podemos trabalhar

167 em algo assim. Não podemos considerar que todas as Secretarias tenham
168 trabalhado ou já identificado as suas ações dentro dos ODS, como a Secult fez.
169 Então talvez seja uma iniciativa bem legal de se fazer antes da criação dos Grupos
170 de Trabalho. Então eu agradeço e já anotei.” Presidente Letícia Capistrano
171 Campos: “O conselheiro Alfredo agradeceu pela deferência e também sugeriu o
172 Crea para o GT nº 2, não somente para o 3 e o 4.” Conselheiro Paulo José de
173 Oliveira: “Eu vou me colocar à disposição também para o Grupo 1.” Presidente
174 Letícia Capistrano Campos: “Muito obrigada, Larissa. Mais uma vez, parabéns pelo
175 grande trabalho que tem desenvolvido à frente do Núcleo de Sustentabilidade,
176 Energia e Mudanças Climáticas. Eu acho que não só eu, mas todos os conselheiros
177 têm percebido isso durante essas duas reuniões que realizamos. Eu gostaria
178 mesmo de parabenizá-la pelo trabalho.” **7) AVALIAÇÃO DAS EMISSÕES**
179 **HISTÓRICAS SETORIAIS E POSSÍVEIS TENDÊNCIAS PARA MINAS GERAIS.**
180 **Projeto Icat - Initiative for Climate Action Transparency. Centro Brasil do**
181 **Clima (CBC) e Coppe/UFRJ. Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação**
182 **e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.** Bruna
183 Silveira Guimarães, do Centro Clima, apresentou à Câmara uma avaliação das
184 emissões históricas setoriais e possíveis tendências para Minas Gerais, no âmbito
185 do Projeto Icat. O conteúdo da exposição foi disponibilizado no site da SEMAD.
186 Manifestações. Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu acho que tem que se
187 tomar um pouco de cuidado no manuseio dos dados e nas conclusões acerca dos
188 dados, por diversos fatores. Eu vou citar um de maneira bem geral. A Bruna
189 colocou logo no início que à medida que o PIB decresce as emissões decrescem,
190 se o PIB sobe, as emissões sobem. Então qualquer ação de redução de emissão
191 que venha a ser feita, se não tiver o devido cuidado, vai implicar numa redução de
192 PIB também do Estado nos próximos anos, haja vista que 2025 está aí. São cinco
193 anos. E para que se possa ter o mesmo desempenho econômico com menor
194 emissão de CO2 muitas das vezes precisaria implementar determinadas
195 tecnologias que demandam muito mais do que cinco anos para serem
196 desenvolvidas, para serem tecnologicamente aceitáveis e reduzirem as emissões,
197 de fato. Esse é o primeiro ponto que eu acho que tem que tomar muito cuidado. O
198 segundo ponto é o seguinte, eu percebi que o que foi feito foi uma análise de
199 relatórios existentes para se fazer um cenário de como estão as emissões no
200 Estado de Minas Gerais. É isso que foi feito, não é, Bruna?” Bruna Silveira
201 Guimarães/Centro Clima: “O projeto utiliza os dados que os Estados integrantes
202 fornecem, porque o nosso projeto não inclui a elaboração dos inventários. Então
203 os inventários são disponibilizados, e nós fazemos a parte de análise e depois a
204 proposição de medidas de mitigação.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “E
205 nesse processo foram envolvidas pessoas do Estado de Minas Gerais ou ficou tudo
206 concentrado na equipe de vocês?” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Nós
207 estamos em contato também com pessoas de Minas.” Conselheiro Guilherme
208 Corrêa Abreu: “Na elaboração do material.” Bruna Silveira Guimarães/Centro
209 Clima: “No caso, foi a nossa equipe, utilizando também o relatório de vocês.”

210 Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “O que eu faço ressalva aqui para o
211 Conselho é que estamos falando de dados até 2014 e já estamos em 2020. É
212 importante que participem as entidades na elaboração não só dessa análise inicial.
213 Realmente foi uma análise de cenários que já existiam em nível de Estado. Mas
214 qualquer tipo de tomada de decisão futuramente tem que envolver as entidades e
215 instituições do Estado, não pode vir algo assim de uma forma muito simplista.
216 Desculpa até a palavra. ‘Nós estamos no Estado de Minas Gerais, os emissores
217 maiores são esse, esse e esse, então nós vamos atacar esse, esse e esse’, sem
218 verificar qual é o impacto, sem verificar qual é a possibilidade e sem verificar – o
219 que eu não vi até o momento – qual é a real contribuição para o cumprimento da
220 NDC nacional. Talvez o grande ponto que esse trabalho pode ajudar seja com base
221 no que está previsto de ações de redução na NDC nacional. Existem pontos de
222 ações, como desmatamento do Cerrado, da Amazônia, adoção de energia limpa e
223 uma série de outras coisas, mas o que o Estado está contribuindo para isso. E não
224 vir apontar no Estado o que o Estado precisa de reduzir em termos de ação
225 mitigadora. Eu acho que a conversa tem que ser ao contrário. O Brasil se
226 comprometeu com redução de 37% e 43%, 2025 e 2030: o que o Estado de Minas
227 Gerais poderá contribuir para aquilo que está estabelecido na NDC? E não o
228 contrário: ‘O Estado emite tanto e tem que reduzir aqui e aqui’. Isso não faz sentido.
229 Mesmo porque uma redução no Estado pode significar o aumento de emissões em
230 outros locais do país. Isso é possível, por isso que a análise não é tão simples.
231 Uma redução do Brasil pode significar aumento em outros locais, o efeito do CO2
232 é global, e vai embora toda a questão de reduzir o efeito. E por aí vai. Então não é
233 tão simples. E o que me preocupa muito? Nós tivemos a palestra do Guilherme no
234 mês passado, se não me falha a memória. De um mês para cá já teve uma
235 avaliação profunda dos dados e já está no produto 4, sem ter um envolvimento
236 muito grande das entidades que são participantes desse relatório. Por exemplo,
237 essa questão do aterro, esse aumento de cento e tantos por cento. São pontos
238 questionáveis. Há que se discutir esses itens antes de se tomar a decisão de que
239 ‘os indicadores são esses’, que ‘as ações de mitigação são essas’. Porque se não
240 daqui a pouco nós vamos ter o seguinte: ‘A ação de mitigação é essa, tem que
241 fazer isso e isso para o Estado e acabou’. E não é por aí, é bem mais complexa a
242 coisa como um todo. O outro comentário que eu falei: por que energia está somada
243 com indústria naquele determinado momento? Não é só o setor de indústria que
244 consome energia, os outros setores também consomem.” Bruna Silveira
245 Guimarães/Centro Clima: “Mas tinha todo um slide falando de energia e todos os
246 setores que emitem energia. A energia estava sendo contabilizada naquele slide
247 que eu mostrei. Na indústria, eu só retomei, não foi somada duas vezes. A energia
248 está realmente somada só na parte de energia. Mas considerando a importância
249 do uso de energia na indústria eu só retomei para trazer para a discussão. Mas, de
250 fato, todos os setores usam energia.” Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Mas
251 aí você coloca ‘a indústria associada à energia é o setor que mais emite’. Eu acho
252 que não é por aí o posicionamento.” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima:

253 “Inclusive, eu falei que era o setor de transporte.” Conselheiro Guilherme Corrêa
254 Abreu: “Quando você falou ‘indústria’, você falou que indústria mais energia é o
255 setor que mais emite.” Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Eu acredito que
256 tenha falado do setor de transporte. Então peço desculpas se falei errado.”
257 Conselheiro Guilherme Corrêa Abreu: “Eu só estou querendo colocar essas coisas
258 para que a análise e tomada de decisão do que pode ser feito não pode ser
259 unilateral de uma maneira única por análise de dados que terminaram em 2014.
260 Nós estamos em 2020. E pura e simplesmente ‘vamos reduzir aqui, vamos reduzir
261 ali e pronto.’ Como é que isso atende à NDC? Eu acho que o principal objetivo é o
262 que o Estado de Minas Gerais está fazendo ou poderá fazer para contribuir com
263 atendimento das NDCs do Brasil. Esse que é o principal ponto para se ter uma
264 ação de redução de emissão no Estado de Minas Gerais. Eu vou trazer um ponto
265 em pauta aqui. Nós tivemos há algum tempo uma proposta da FEAM – talvez a
266 Larissa se lembre disso –, e nessa proposta existia uma proposição de se reduzir
267 a emissão específica per capita do Estado de Minas Gerais até 2030, com
268 determinados valores. Eu não me lembro dos números. Baseado no que existe
269 hoje em locais de referência e por aí vai. Sem avaliar qual é o impacto financeiro
270 disso. Quando isso bateu na Fiemg, nós fizemos uma análise no setor econômico
271 e vimos que o impacto financeiro era uma coisa absurda se nada fosse feito, se
272 fosse feita a simples redução sem considerar nenhuma ação de mitigação possível,
273 e simplesmente pela redução da produção, pela redução do consumo, do PIB do
274 Estado. Então teve um impacto econômico muito grande. Quer dizer, não é que
275 não é para se fazer, é que não pode ser feito de qualquer forma. Esse é o ponto
276 que eu queria deixar ressaltado no momento.” Larissa Assunção Oliveira
277 Santos/FEAM: “O Guilherme, do CBC, está aqui na sala para responder os seus
278 questionamentos, mas com relação à tomada de decisão é por isso que na última
279 palestra do Guilherme, na primeira, na verdade, nós falamos da reativação do
280 fórum. Porque realmente, além do que estamos trazendo aqui na Câmara Técnica,
281 que é justamente para discussão, para entendimento, para análise, como você está
282 fazendo, nós pretendemos também levar para o fórum para que seja decidido ou
283 analisado em conjunto e não somente o Meio Ambiente, mas todos os outros
284 órgãos. E é por isso também que fazemos questão de trazer aqui.” Guilherme
285 Rodrigues Lima/Centro Brasil do Clima: “Eu achei apenas oportuno fazer uma
286 complementação aqui, até contextualizando um pouco melhor o projeto como um
287 todo, para ajudar nessa compreensão. E explicar que etapa foi essa desse relatório
288 que a Bruna apresentou agora. O projeto já está no seu quinto mês de execução,
289 e Minas Gerais foi escolhido como um dos Estados piloto. Inclusive, teve a
290 participação da Larissa em um workshop que nós fizemos. Então Minas foi
291 escolhido, e nós iniciamos esse contato com o Estado, principalmente através da
292 FEAM, e estamos mantendo contato constante. Nós tínhamos falado para a Larissa
293 sobre esse relatório, que está em uma última etapa de revisão. Apenas explicar
294 que esse primeiro relatório foi baseado, principalmente, nas publicações do próprio
295 Estado, principalmente no Balanço Energético do Estado e no próprio Inventário

296 do Estado. Por que foi até 2014 que foi feita essa análise? Foi opção de usar dados
297 do próprio Estado que consideramos mais razoáveis, que são considerados mais
298 razoáveis, uma vez que a fonte vem do próprio governo de Minas Gerais. E esse
299 primeiro relatório foi uma primeira análise das emissões históricas, para fazer essa
300 análise, para poder contextualizar como um todo. Em seguida, vai ser a elaboração
301 de cenários com base nessas tendências que foram analisadas, cenários para
302 2030, considerando, primeiro, um cenário tendencial e em seguida um cenário de
303 mitigação, considerando ações de mitigação. E aí obviamente essa vai ser uma
304 etapa que vai demandar muito mais a interação com a equipe do Estado. Conforme
305 foi falado pelo Guilherme, é óbvio que não é uma ação uma pesquisa unilateral.
306 Com certeza, para se identificar opções de mitigação é necessário que tenha uma
307 participação do Estado, o envolvimento do Estado, não uma coisa feita unicamente
308 pela equipe do CBC, sem haver uma consulta. E por isso justamente que nós até
309 apresentamos essa proposta de envolvimento do fórum em Minas Gerais. E temos
310 até ideia de criação de uma câmara técnica que possa acompanhar esses estudos.
311 Que de fato haja o envolvimento dos diversos atores, da academia, dos setores
312 interessados, do governo, para que esse estudo possa ser o mais participativo
313 possível e o mais consistente possível. Então, de fato, a identificação das
314 oportunidades não deve ser feita de forma unilateral, e deve haver participação. E
315 o fato de se terem usado dados até 2014 foi justamente pela opção de usar dados
316 do próprio Inventário de Minas Gerais. Como a Bruna falou, nós ficamos
317 disponíveis para tirar outras dúvidas. A Bruna, que é do Centro Clima, que está
318 realizando também esse estudo em parceria com o Centro Brasil do Clima, que eu
319 represento. Eu sou coordenador do projeto no Centro Brasil do Clima. E nós
320 ficamos à disposição para tirar outras dúvidas.” Conselheiro Guilherme Corrêa
321 Abreu: “Eu queria só acrescentar. Eu vejo dois objetivos diferentes. Um objetivo é
322 entender o que o Estado de Minas Gerais está fazendo para atender e contribuir
323 para as NDCs brasileiras. O segundo objetivo é fruto da nossa Política Estadual de
324 Mudança do Clima, que já estamos desenvolvendo há um tempo, e são quais as
325 ações de mitigação que o Estado deverá fazer nos próximos anos. O segundo faz
326 parte do primeiro, o segundo contribui para o primeiro, mas o primeiro não é o
327 segundo. O segundo é muito mais amplo. Então a fala inicial, o Icat 1 e o Icat 2. O
328 Icat 1 é o atendimento das NDCs brasileiras. E o Icat 2 é o atendimento das NDCs
329 dos Estados. Está muito mais no primeiro objetivo, não no segundo, que tem um
330 nível de discussão ampla dos participantes já de longa data. A Larissa sabe disso,
331 há muito a gente vem discutindo e vemos como é difícil encaminhar um plano de
332 mitigação de médio e longo prazo para contribuir com a redução das emissões no
333 Estado como um todo, o que vai contribuir para as NDCs brasileiras. Não tenha
334 dúvida de que vai. Mas eu queria deixar isso bem claro, pelo menos para os demais
335 conselheiros entenderem, da importância da diferença. Se não daqui a pouco
336 estamos no primeiro objetivo estabelecendo medidas de mitigação sem ter o
337 devido nível de discussão com os atores participando do objetivo 2, que no meu
338 entender o ambiente é a Política Estadual de Mudança do Clima. É para isso que

339 a Política Estadual de Mudança do Clima foi criada. E logicamente o Fórum de
340 Mudança do Clima do Estado é para discutir essas coisas também.” Larissa
341 Assunção Oliveira Santos/FEAM: “Até por isso também tem o COPAM. Então eu
342 entendo o seu questionamento e acho que é importante, mas quero deixar claro
343 que os conselheiros vão participar de todas as discussões e vão poder contribuir.
344 Como o Guilherme disse, não é algo que estamos fazendo unilateral, é por isso
345 mesmo que queremos reativar o fórum e voltar a ter as discussões mais amplas.”
346 Bruna Silveira Guimarães/Centro Clima: “Eu queria só acrescentar que, como o
347 Guilherme falou, essa foi uma análise bem inicial mesmo. Nós estamos no produto
348 4 e temos para frente mais dez produtos. Então foi só uma avaliação inicial das
349 séries históricas. Nesse relatório não propomos nenhuma medida de mitigação, foi
350 só realmente uma avaliação inicial para dar o pontapé nos estudos.” Presidente
351 Letícia Capistrano Campos: “Eu faço das palavras da Larissa minhas palavras
352 também, tudo isso vai ser discutido no fórum, que pretendemos reativar. Desde o
353 início, nós destacamos essa questão. O próprio CBC, quando nos selecionou,
354 exigiu de nós essa reativação do fórum, justamente para que tudo fosse
355 devidamente discutido lá.” **8) ENCERRAMENTO.** Presidente Letícia Capistrano
356 Campos: “Eu gostaria só de pedir a vocês – agora que essas reuniões do COPAM
357 e do CERH estão acontecendo de forma online, no YouTube – um apoio na
358 divulgação para que as pessoas assistam mais às reuniões das Câmara de Energia
359 e Mudanças Climáticas. Então eu gostaria de pedir um apoio de vocês conselheiros
360 no sentido dessa divulgação. E gostaria também de destacar que na Semana do
361 Meio Ambiente, nos dias 3 e 4 de junho, nós realizamos um webinar ‘Virada
362 Ambiental: Desenvolvimento de uma economia verde pós-pandemia - Direções e
363 tendências’. Está registrado no canal do YouTube do Meio Ambiente de Minas
364 Gerais. Para quem tiver interesse em assistir, está disponível.” Conselheiro
365 Leorges de Araújo Rodrigues: “Eu acho que talvez um meio legal de divulgarmos
366 seja o canal da Secretaria Geral, que tem grande participação da Segov. Eu vou
367 ver se é possível divulgar as reuniões por lá, porque é um canal bem interessante.”
368 Presidente Letícia Capistrano Campos: “O link, inclusive, está no convite da
369 reunião. Muito obrigada.” Não havendo outros assuntos a serem tratados, a
370 presidente Letícia Capistrano Campos declarou encerrada a sessão, da qual foi
371 lavrada esta ata.

APROVAÇÃO DA ATA

376 **Letícia Capistrano Campos**
377 **Presidente suplente da Câmara de Políticas**
378 **de Energia e Mudanças Climáticas**